

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

UMA NOVA ERA

“A política do Governo é por natureza humanista no projecto, portuguesa na raiz e europeia na vocação”. - Francisco Sá Carneiro

No dealbar de uma nova era do PSD, liderado por Luís Filipe Menezes, em que se reabre fundadamente uma nova aura de esperança, um novo ciclo de ambição e sobretudo uma indómita vontade de bem servir Portugal, é sempre bom revisitar aquele que é e será sempre a grande referência histórica do partido: Francisco Sá Carneiro

Basta, aliás, recordar o seu notável legado histórico para, incontornavelmente, enxergarmos a grandeza ímpar, o rasgo singular e a lucidez visionária de um líder de eleição.

É disso um exemplo vivo o célebre discurso proferido na Assembleia da República a 11 de Janeiro de 1980, no momento da apresentação do Programa do VI Governo Constitucional e de que a frase em epígrafe é originária.

Dizia então Sá Carneiro que o governo a que presidia iria professar uma política humanista por natureza, portuguesa na raiz e europeia na vocação. É impressionante constatar a inabalável perenidade destes traços identitários e estruturantes da acção política do PSD ao longo dos tempos.

Humanista por natureza na “afirmação e na realização da pessoa humana e no desenvolvimento da Justiça Social”. Portuguesa na raiz na sensibilidade demonstrada ao “património cultural de um povo espalhado pelo Mundo e com mais de oito séculos de história”. Europeia na vocação na convicção de que a opção europeia é “parte de um objectivo geral de preservação da independência e dignidade de Portugal”.

São estes, ao cabo e ao resto, ainda hoje os grandes desígnios nacionais. Como diria Winston Churchill, “unamos as nossas forças e caminhemos juntos”.

É este o desafio de Luís Filipe Menezes. É este, também, o desafio de todos nós.

Director do Povo Livre

Por deliberação da Comissão Política Nacional, foi nomeado Director do Povo Livre o nosso companheiro Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto (Jorge Neto), que já hoje é responsável pelo “Editorial – Uma nova Era”.

Jorge Neto é licenciado em Direito e Professor Convidado na Universidade Independente. Foi eleito Deputado na VIII legislatura, pelo círculo do Porto e mantém o seu mandato. Foi Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes no XVI Governo Constitucional, Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, entre 2001 e 2004, Presidente da Comissão da Execução Orçamental, de 2002 a 2003, Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações em 2004

Primeira reunião da nova Comissão Política PSD diz “Não!” a Orçamento de Estado

que pelo 9º ano consecutivo nos faz divergir da Europa



Destaques:

Presidente: Orçamento, visita à Cova da Moura, participação na reunião do PPE

Pag 2 e seguintes

Luiz Filipe Menezes visita a CIC e vai reunir-se com todos parceiros sociais

Em “Actividades do Presidente”

Novo Grupo Parlamentar: Santana Lopes remodela presidência das Comissões

Em “Actividades do PSD”

Actividades do Presidente

Primeira reunião da nova Comissão Política PSD diz "Não!" a Orçamento de Estado que pelo 9º ano consecutivo nos faz divergir da Europa

No Sábado passado, realizou-se na Sede Nacional a primeira reunião da Comissão Política Nacional saída do XXX Congresso, na qual foram abordados os assuntos que a liderança do partido quer ver mais imediatamente calendarizados.

Antes do início da reunião, foi tirada a tradicional "fotografia de família" e o Secretário-Geral, Ribau Esteves, compareceu na sala de Imprensa, para dar um rápido "briefing" sobre os trabalhos que se seguiriam, havendo também uma "photo opportunity" da sala de reuniões e dos respectivos membros.

Ribau Esteves adiantou que, nesta reunião, que foi o primeiro momento de encontro, de debate e de decisões, para a Direcção, haveria "diversas decisões a tomar", incluindo a nomeação dos Secretários-Gerais Adjuntos e do novo Director do Povo Livre, bem como a definição do papel que o órgão oficial do Partido deveria desempenhar na estratégia global do PSD.

Revelou ainda que em breve a liderança social-democrática iniciará em breve uma volta ao país, em que se encontrará com dirigentes distritais do PSD, membros das respectivas Assembleias Distritais e também com Presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia sociais-democratas.

No programa da nova direcção haverá "novas metodologias na área da comunicação" havendo que explorar todas as oportunidades que esta área oferece ao trabalho político empenhado.

Dentro do plano de trabalho da direcção de Luís Filipe Menezes, até ao Natal, estão ainda os congressos dos Trabalhadores Sociais-Democratas e do PSD/Açores.

Na reunião, será abordada a análise da situação política, na sequência da apresentação da proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2008 e "desse momento importante para Portugal e para a Europa que foi a aprovação do Tratado Reformador da UE".

"Vamos também falar do estado do nosso partido, como organização e como estrutura, delineando as primeiras notas de reforma, designadamente ao nível das áreas financeira e administrativa", apontou o dirigente social-democrata, que sublinhou que esta Direcção "quer resolver rapidamente a



regulamentação da quotização e da gestão financeira".

Perto das 5 da tarde, o Presidente esteve reunido com os jornalistas, para uma breve conferência de Imprensa, na qual deu conta das decisões mais "visíveis" da Comissão, afirmando que por unanimidade dos membros da Comissão, iria propor ao Grupo Parlamentar social-democrata o voto contra, na generalidade, à proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2008.

Segundo Luís Filipe Menezes, na reunião da Comissão Política Nacional do PSD, o presidente do Grupo Parlamentar, Pedro Santana Lopes, "fez uma primeira abordagem" sobre a temática do Orçamento do Estado para 2008.

"A Comissão Política Nacional do PSD propõe que o Grupo Parlamentar do partido, depois de fazer o debate necessário, vote contra a proposta de Orçamento do Estado", apontou o líder social-democrata.

Segundo Luís Filipe Menezes, a proposta do Governo de Orçamento "faz Portugal divergir da Europa pelo nono ano consecutivo".

"Aliás, este Governo ficará para a história, porque, durante uma legislatura inteira e com bom ambiente internacional, não conseguirá colocar

Portugal em convergência com a média europeia. Entre os 27 Estados-membros da UE, Portugal será o país que menos crescerá", justificou o presidente do PSD.

Menezes justificou também o voto contra por a proposta de Orçamento fazer com que, "pelo sétimo ano consecutivo, haja um decréscimo dos salários reais dos portugueses, designadamente dos funcionários públicos".

"Votamos contra a proposta de Orçamento porque a consolidação orçamental se faz exclusivamente pelo lado da receita (através dos impostos) e porque não tem fiabilidade, já que assistimos a operações de desorçamentação massivas e ao encobrimento de dívidas do Estado a fornecedores de bens e serviços", observou.

O presidente do PSD acusou ainda o Governo de "incapacidade para diminuir a despesa pública - aumenta o dobre da inflação prevista - e para travar o aumento do desemprego".

"Este Orçamento representa também um ataque às reformas e possui um completo irrealismo em termos de previsões, nomeadamente no que respeita ao crescimento económico para 2008 e ao preço do petróleo no próximo ano", apontou.

Também com o acordo unânime da Comissão, o Presidente proporá ao próximo Conselho Nacional, que em relação à ratificação do novo tratado reformador, aprovado na reunião do conselho europeu, seja dada ao Parlamento a tarefa da ratificação, abandonando-se, assim, a ideia do referendo.

Finalmente, a Comissão Política Nacional do PSD nomeou o deputado Jorge Neto para director do jornal oficial do partido "Povo Livre", assim como os dois novos Secretários-gerais adjuntos: Jorge Tadeu Morgado e Paulo Silva Santos. Falando, de forma mais geral sobre a actual situação política, o líder social-democrata, afirmou hoje que vai fazer História na democracia portuguesa ao ser o primeiro líder da oposição, não deputado, que chegará ao cargo de Primeiro-ministro.

O Presidente referia-se à questão - que lhe foi colocada por um jornalista - sobre a desvantagem de não ser deputado no Parlamento e, por essa razão, não poder confrontar-se directamente com o primeiro-ministro, José Sócrates.

Luís Filipe Menezes desvalorizou a circunstância de não ser deputado e defendeu que o seu partido conseguirá romper com a tradição que penaliza



líderes políticos da oposição que não são deputados.

“Vamos fazer diferente, sobretudo face ao passado recente na história da política portuguesa”, declarou o líder social-democrata.

Segundo Menezes, na sequência das eleições directas do PSD, assistiu-se já à afirmação da unidade do partido em três semanas”.

“Há agora uma nova energia, mobilização e vontade de combater. Vamos também conseguir outra diferença: levar a primeiro-ministro um líder da oposição que não é membro do Parlamento. Seremos os primeiros”, disse Menezes. - PL

Cumprir as promessas: jantar na Cova da Moura

No cumprimento de um “compromisso eleitoral”, o líder do PSD, Luís Filipe Menezes, visitou hoje associações e restaurantes da Cova da Moura (Amadora), prometendo regressar em 2009, para avançar com o projecto de requalificação urbanística do bairro.

Recebido com o cumprimento de alguns dos moradores que se encontravam nas ruas ao início da noite, o dirigente social-democrata conversou com responsáveis da Associação de Moradores e de duas instituições de solidariedade social,

visitou bares e restaurantes de comida africana e até dispensou alguns minutos para um jogo de matraquilhos com jovens do bairro.

Ainda antes de jantar num estabelecimento local, Luís Filipe Menezes sublinhou que a Cova da Moura nunca foi visitada por José Sócrates, “mais virado para estar longe do povo”, e criticou os atrasos do Executivo socialista na reabilitação da zona, prevista no programa governamental anunciado em 2006 “Bairros Críticos”.

“Quem fez uma promessa que todos ouviram, quem disse que ia resolver os problemas destes bairros foi o Primeiro-ministro, mas até agora não aconteceu rigorosamente nada”, afirmou Luís Filipe Menezes.

“Ao que sei, parece que há um contencioso entre o Governo e a Câmara da Amadora”, acrescentou, lamentando que as aspirações dos moradores locais estejam a ser “defraudadas”.

Com “a certeza” de vir a ser eleito primeiro-ministro em 2009, o líder do PSD garantiu regressar à Cova da Moura para “dar andamento” ao plano de reconversão e desvalorizou a possibilidade de críticas relativas ao teor da sua visita.

“Estamos longe de qualquer campanha, longe de votos. É esta a diferença entre mim e os outros

políticos”, defendeu o líder social-democrata.

Para o vice-presidente da Associação de Moradores, Jorge Humberto, a presença de personalidades como Menezes permite dar visibilidade ao “lado bom” do bairro e pode mesmo ajudar a eliminar a imagem distorcida que costuma ser veiculada pela comunicação social.

“O que se vê na televisão é a zona complicada, mas existe um outro lado. Temos feito um esforço para mostrar isso, mas às vezes lutamos com uma força poderosa: a comunicação social que se alimenta do espectáculo negativo”, lamentou à Lusa Jorge Humberto.

A opinião foi partilhada por Lieve Meersschaert, da Associação Cultural Moinho de Juventude, para quem os meios jornalísticos são responsáveis por uma maior estigmatização da Cova da Moura.

A responsável afirmou, no entanto, que a passagem de comitivas políticas pela zona não tem suscitado verdadeiras mudanças e que a esperança reside agora no avanço do projecto “Bairros Críticos”, ainda em fase de estudos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Lieve Meersschaert disse ainda à Lusa esperar uma nova postura do PSD, para apagar da memória dos moradores as palavras proferidas em 2005 pelo deputado municipal do partido Luís Guarita, que definiu a Cova da Moura como “favela romântica” e afirmou que o bairro “envergonha a Amadora”. - Fontes: Lusa, DN

A “Grande Entrevista”

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, revelou que o partido irá votar contra o Orçamento de Estado (OE) para 2008, reiterando a intenção de apresentar propostas alternativas à discussão do documento no Parlamento.

Na noite de dia 18, o nosso Presidente foi entrevistado, na RTP 1 (no programa “Grande Entrevista,

conduzido pela jornalista Judite de Sousa) em que uma das revelações que entendeu fazer, sobre a sua futura liderança, incide no muito curto prazo na votação do Orçamento do Estado para 2008. O PSD vai votar contra “evidentemente”, conforme Luís Filipe Menezes respondeu, de forma taxativa.

Além do voto contrário, acrescentou o novo líder do PSD, os sociais-democratas irão apresentar propostas alternativas, nomeadamente projectos que apontam para “o relançamento da economia mas também para a redução drástica da despesa pública”.

Ainda acerca do OE para 2008, Luís Filipe Menezes insistiu na necessidade de se “definir as fronteiras” das funções do Estado e, depois disso, “partir para o pacote dos recursos humanos”, que deverá abranger as hipóteses de reformas antecipadas e requalificação dos funcionários públicos, assim como apostar no relançamento do investimento público.

“Existe uma panóplia de soluções que devem ser exploradas”, salientou o líder social-democrata, tendo ainda afirmado que durante a discussão do OE para 2008, continuou, o PSD irá também aproveitar para “perguntar ao PS quais são os seus critérios para baixar os impostos”.

“Não somos partidários desta loucura de carga fiscal”, sublinhou Luís Filipe Menezes, admitindo, contudo, que o PSD não pode neste momento defender a redução da carga fiscal “por culpa do PS”, pois isso iria conduzir a “um défice brutal no próximo ano”.

Questionado sobre a relação com o Presidente da República e se, da sua parte, existem “ressentimentos políticos” para com Cavaco Silva, (dado um dos mais próximos colaboradores do PR ter sido mandatário do seu adversário nas “directas”) Luís Filipe Menezes limitou-se a lembrar que, durante a campanha para as presidenciais, o antigo líder social-democrata só esteve com dois presidentes de Câmara: com o autarca de Sintra e com ele, Luís Filipe Menezes, autarca de Vila Nova de Gaia, o que é uma “resposta suficiente!”

Sublinhou ainda que considera “o consulado excepcional” que Cavaco Silva está a conduzir, considerando que não é um Presidente da República “que fragiliza” mas “alguém com uma linha de rumo” que, “pontualmente, chama a atenção para questões importantes”.

Contudo, acrescentou, Cavaco Silva “tem o seu caminho”, assim como o PSD.

“Cada um tem o seu caminho”, insistiu.

Em relação à posição que o PSD irá assumir acerca da regionalização, Luís Filipe Menezes defendeu que o partido tem de debater o tema “sem preconceitos” e formar a sua opinião.

“Comigo não há tabus”, garantiu. Porém, essa posição não significa





que os sociais-democratas irão tomar alguma iniciativa legislativa, referiu ainda o Presidente do PSD.

Acerca do Tratado da União Europeia, o líder do PSD reiterou que “o Parlamento tem toda a legitimidade” para ratificar o documento mas adiantou que irá levar este assunto ao Conselho Nacional social-democrata, órgão máximo do partido entre congressos.

Sobre o quase inevitável tema do seu relacionamento com Santana Lopes garantiu que o novo presidente do Grupo Parlamentar social-democrata, tem toda a sua confiança política, sublinhando que Santana Lopes já demonstrou que “sabe ser humildemente um número dois muito leal”.

“Pedro Santana Lopes já demonstrou que sabe ser humildemente um número dois muito leal. Acredito muito na sua lealdade” afirmou, apontando “três bons motivos” para ter Santana Lopes na liderança da bancada parlamentar do PSD, uma vez que ele próprio não está na Assembleia da República, já que não é deputado.

Como primeiro “bom motivo”, Luís Filipe Menezes apontou “o excelente exemplo” que existe do tempo em que Marcelo Rebelo de Sousa era líder do PSD e também não era deputado, estando a liderança parlamentar entregue a Luís Marques Mendes.

Por outro lado, acrescentou, é “muito pedagógico” que as pessoas que já exerceram altos cargos, como é o caso de Santana Lopes, que já chefiou o Governo, voltem ao Parlamento, além de que é preciso levar o PS “a rever o passado recente” e mesmo “fazer um ajuste de contas” dadas as adulações da verdade, que o Primeiro-Ministro, o Governo e a sua bancada, têm feito à verdade dos factos. “Desejo que Pedro Santana Lopes faça esse ajuste de contas para ser reposta a verdade”, sublinhou.

Apesar de reconhecer que ter Santana Lopes na liderança do grupo parlamentar é “uma situação singular”, Luís Filipe Menezes disse estar habituado a vencer este tipo de questões, que poderão ter “algumas vantagens”.

“E nada me impede de marcar a agenda, de ter opinião”, acrescentou, garantindo não se sentir “nada inibido” por ter o antigo primeiro-ministro e ex-presidente do PSD como líder do grupo parlamentar social-democrata. “Não existe nenhuma razão para antecipar problemas”, insistiu, reiterando que Santana Lopes, que foi eleito líder da bancada do PSD, vai ter a sua “confiança política” e o seu “entusiasmo”.

Apontando como metas da sua liderança a vitória das eleições autárquicas, europeias e legislativas de 2009, o novo líder social-democrata, eleito nas directas de 28 de Setembro, reconheceu, contudo, que tem “um caminho estreito”.



“Mas, estou habituado a vencer”, salientou, lembrando as três maiorias absolutas que já alcançou na Câmara Municipal de Gaia.

Luís Filipe Menezes admitiu ainda estar “obrigado a apresentar trabalho”, desvalorizando qualquer desunião dentro do partido.

“A união constrói-se com resultados”, defendeu, adiantando que está preparado para “ser julgado”.

O novo líder social-democrata rejeitou ainda algum incómodo com vozes críticas à sua liderança dentro do PSD, assegurando que “não só está disponível” para as ouvir, como as irá “estimular”.

“O PSD precisa de pluralismo”, referiu, reiterando que “não haverá nenhum castigo por delito de opinião dentro do partido”.

Contudo – disse – “não estou à espera de nenhuma oposição organizada contra mim” no interior do PSD, porque a sua afirmação como líder não deixará criar as condições, o clima, em que tal tipo de “oposição” é gerada. “Isso é legítimo [existir oposição interna] mas decorre apenas da falta de liderança” que não vai acontecer comigo!”, considerou, garantindo que irá contar com todos para trabalhar consigo, inclusivamente o seu adversário nas directas e ex-líder do partido, Luís Marques Mendes.

“Quero contar com todos, os melhores, os mais experientes e entre eles, privilegiadamente, com o capital de sabedoria e experiência dos ex-presidentes do partido”, declarou.

Entrevista ao Diário de Notícias e à TSF

O novo líder do PSD considera normais as críticas internas, que o estimulam, mas admite que, se o ruído de fundo se mantiver dentro de um ano, é porque não foi capaz de se afirmar.

“Defendo um partido distendido e aberto em que cada um deve dizer o que pensa. Um partido aberto,

distendido, onde tudo se possa dizer - bom, e depois existe quem manda, quem lidera. Todos esses ruídos parasitas de fundo desaparecem quando a liderança se afirma. Se daqui a um ano existir esse ruído de fundo é porque eu não fui capaz de me afirmar”, disse Luís Filipe Menezes, em entrevista ao Diário de Notícias e à TSF.

Questionado se as críticas internas o incomodam, o líder social-democrata é peremptório: “De forma nenhuma. Estimula-me”.

No entanto, desvaloriza algumas críticas: “são constantes, durante 20 anos, atravessam todas as lideranças, as que tiveram sucesso e as que não tiveram. Mas o importante são os resultados”.

Por outro lado, defende ser necessário “revisitar o passado”, nomeadamente o período em que o PSD governou, para “repor a verdade”: de que toda a responsabilidade dos maus resultados do País são do PS.

“A herança não foi má, atendendo às circunstâncias em que o PSD governou, e – note-se, apenas por três anos nos últimos 12 anos! - no auge da crise económica e social, a mais grave dos últimos 50 anos, com um Pacto de

Estabilidade draconiano que exigia medidas de equilíbrio financeiro quase instantâneas, no auge do terrorismo internacional e de todas as turbulências que isso provocou. Isto está claro: a responsabilidade por inteiro, dos maus resultados que o País apresenta, são da responsabilidade do PS. É bom repor esta verdade”, diz.

Na mesma entrevista, Menezes elogia o novo líder parlamentar do partido, Pedro Santana Lopes, afirmando que “tem experiência política, tem combatividade, tem carisma, teve vitórias importantes ao serviço do PSD e transporta para o Parlamento essa vitalidade”.

“Não é vulgar um ex-primeiro-ministro voltar a ocupar funções de primeira linha. Santana Lopes acaba com um tabu e isso é um sinal de grande humildade democrática, que aplaudo”, afirma ainda.

Questionado sobre o Orçamento de Estado para 2008 apresentado pelo governo de José Sócrates, Menezes considera-o “muito preocupante”.

“E nem é o PSD que o diz. Foi o Presidente da República quem indiciariamente o afirmou, quando falou do preocupante crescimento económico do País; foram empresários como Belmiro de Azevedo”.





“Temos o mais frágil crescimento económico da UE. Temos, pelo oitavo ano consecutivo, uma descida previsível dos salários reais. Temos uma carga fiscal elevadíssima, que atinge já 38% do PIB e que asfixia os cidadãos e as empresas. Temos um desemprego galopante, que pela primeira vez em 20 anos ultrapassou o da Espanha”, afirma.

Por outro lado, fala numa “situação de cerceamento de liberdades” e de “desconforto democrático” e lembra que “o povo está na rua a protestar em relação ao custo de vida”.

Questionado se poderia ter estado na manifestação da CGTP da passada quinta-feira, diz: “Estavam lá muitos sociais-democratas. Não acredito, como diz o Primeiro-ministro, que só lá andem comunistas. Andam comunistas, socialistas, sociais-democratas, portugueses descontentes”.

Defendeu ainda a necessidade de uma nova Constituição, que contribua para “mais estabilidade política, mais liberdade de imprensa, da ausência de tutela sobre os jornalistas e sem órgãos absurdos com cariz político-partidário”.

“Falamos numa Constituição que não impeça os governos de governar”, diz, admitindo não ser “uma prioridade para amanhã de manhã”, mas sim “uma prioridade para o início deste novo ciclo”.

Encontro e almoço de trabalho com Willfried Martens e participação na reunião magna do PPE

O presidente do Partido Popular Europeu (PPE), Willfried Martens, vaticinou hoje que “o PSD de Menezes” será capaz de ganhar as próximas eleições autárquicas, europeias e legislativas em 2009, sublinhando a “completa solidariedade” do PPE para estes combates.

“Será muito importante que o PSD de Luís Filipe Menezes venha a ganhar as eleições. Acredito que o PSD será capaz de ganhar as eleições futuras de 2009, municipais, europeias e legislativas”, afirmou Willfried Martens, em declarações aos jornalistas na sede do PSD, em Lisboa, após um almoço com o líder social-democrata.

Willfried Martens sublinhou ainda “a completa solidariedade” do PPE para com os sociais-democratas, vaticinando que o “grande partido” que o é o PSD terá “um papel muito importante” em todos os actos eleitorais que irão decorrer em 2009.

Antes, Luís Filipe Menezes tinha já recordado que foi “um dos primeiros no partido a defender a entrada do PSD no PPE”, destacando o papel de Willfried Martens na política europeia.

“É uma figura de primeira grandeza na Europa”, disse.

O líder do PSD assinalou ainda “o papel determinante” que os membros

do PPE estão a assumir na Cimeira de Lisboa para que se consiga chegar a acordo sobre o Tratado da União Europeia.

Mais tarde, o Presidente esteve na Cimeira do Partido Popular Europeu (PPE), que decorreu em Lisboa e declarou aos jornalistas que “O papel dos membros do PPE vai ser determinante para chegar a um acordo que retire a Europa da crise institucional em que está mergulhada desde há dois anos”. Luís Filipe Menezes alertou para a importância de se retirar a Europa da crise institucional em que está mergulhada desde há dois anos. «A busca pela perfeição pode ser por vezes ilusória e uma Europa forte e credível não pode esperar mais», afirmou o presidente do PSD, sustentando que «o projecto europeu deve continuar a chegar aos seus cidadãos e a tornar-se mais competitivo e eficiente».

Para Luís Filipe Menezes, a Assembleia da República tem toda a legitimidade para ratificar o documento, mas adiantou que irá levar este assunto ao Conselho Nacional do PSD.

Por seu turno, o presidente do PPE, Willfried Martens, vaticinou que o PSD de Luís Filipe Menezes será capaz de ganhar as próximas eleições autárquicas, europeias e legislativas em 2009, repetindo e sublinhando a «completa solidariedade» do PPE para estes combates. «Será muito importante que o PSD de Luís Filipe Menezes venha a ganhar as eleições. Acredito que o PSD será capaz de ganhar as eleições futuras de 2009, municipais, europeias e legislativas», declarou Willfried Martens, em conferência de imprensa.

Menezes fala com Sócrates sobre o tratado reformador da UE

O presidente do PSD considera estar preparado para aprovar o Tratado Reformador da União Europeia. «Se a solução que está neste momento a ser burilada [sobre o Tratado Reformador da União Europeia], for aquela que merecer a aprovação, o PSD não tem em relação a ela qualquer tipo de objecção», salientou Luís Filipe Menezes.

O líder do PSD, que se deslocou segunda-feira a São Bento, para discutir com o primeiro-ministro José Sócrates, a agenda da cimeira informal de chefes de Estado e de Governo da UE, afirmou esperar que se alcance um acordo na cimeira de quinta e sexta-feira em Lisboa, conforme realmente aconteceu.

«No que diz respeito a Portugal, sendo o PSD e o PS dois partidos que têm uma larga maioria no Parlamento - e que representam uma parte substantiva da população portuguesa -, existe um consenso razoável sobre as questões europeias do presente e do passado», declarou Luís Filipe Menezes.

Neste encontro, o líder do PSD fez-se acompanhar pelos vice-presidentes Luís Fontoura e Rui

Gomes da Silva e pelo embaixador António Martins da Cruz. – Fontes: Lusa, RTP-1

O Presidente visita a CIP e pronuncia-se sobre o PGR e as escutas

Luís Filipe Menezes garantiu, hoje, que o partido nada fará para “beliscar a autoridade” do Procurador-Geral da República, sublinhando a forma “equilibrada” como Pinto Monteiro tem intervindo publicamente.

“O PSD é um partido de tranquilidade, não faz da agitação política a sua conduta”, disse Luís Filipe Menezes, quando questionado sobre as declarações do Procurador-Geral da República (PGR) ao semanário Sol.

Em entrevista à revista Tabu do semanário Sol, publicada sábado, Pinto Monteiro diz a dado passo: “Vou dizer uma coisa com toda a clareza, que talvez não devesse dizer: acho que as escutas em Portugal são feitas exageradamente. Eu próprio tenho muitas dúvidas que não tenha telefones sob escuta”.

Pinto Monteiro admite que o seu telemóvel possa estar sob “escuta”, porque “às vezes faz uns barulhos esquisitos”.

Assegurando que os sociais-democratas nada farão “para beliscar a autoridade” de Pinto Monteiro ou “abrir uma querela para colocar em causa a sua figura”, Luís Filipe Menezes escusou-se a comentar directamente as declarações do PGR, referindo apenas que foi reaberta uma questão importante, ou seja, as escutas telefónicas.

“Podemos vir a tomar uma posição ligada à questão das escutas”, admitiu o líder do PSD, reconhecendo que o partido tem “alguma preocupação” em relação à forma como são realizadas as escutas pela PSP e pela GNR.

Luís Filipe Menezes, que falava aos jornalistas à saída de uma reunião com responsáveis da Confederação da Indústria Portuguesa, deixou ainda elogios a Pinto Monteiro, classificando como “muito positivo” o posicionamento que tem mantido nas suas intervenções, assim como “o equilíbrio” que estas têm revelado.

“É uma nova forma de exercer um alto cargo”, sublinhou.

Entretanto, o ministro da Justiça já fez saber que está disponível para ir ao Parlamento prestar os esclarecimentos que lhe forem pedidos, no âmbito das declarações de Pinto Monteiro.

Ainda na mesma ocasião, o presidente do PSD disse que seria “leviano” o partido tomar já alguma posição acerca da localização do futuro aeroporto de Lisboa, sublinhando que uma decisão sobre essa questão terá de ser sustentada por “estudos técnicos credíveis”.

“Se o PSD tivesse já uma posição seria leviano”, afirmou o líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, em declarações aos jornalistas no final de uma reunião com responsáveis da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP).

Sublinhando o “grande sentido cívico” que a CIP demonstrou ao promover um estudo sobre a localização do futuro aeroporto internacional de Lisboa, Luís Filipe Menezes reservou uma tomada de posição do PSD para depois da análise dos novos elementos que vão surgir.

“O PSD vai analisar os estudos da CIP, o Governo também está a fazer estudos. O PSD tem técnicos, alguns dos quais ex-ministros ligados ao sector, que vão analisar esses estudos”, disse, considerando que qualquer posição sobre a localização do futuro aeroporto terá de ser suportada “em critérios absolutamente técnicos”.

“Este assunto não deve ser alvo de querela política. Todas as decisões políticas devem ser sustentadas por estudos técnicos credíveis”, insistiu.

Além da questão da localização no novo aeroporto internacional de Lisboa, outras matérias estiveram em cima da mesa na reunião de Luís Filipe Menezes com os responsáveis da CIP, nomeadamente a Flexigurança.

Sobre esta questão, o líder social-democrata adiantou que a Flexigurança tem “alguns aspectos positivos”, apesar de também se verificarem alguns “desajustamentos” em relação à realidade portuguesa.

Mas, acrescentou, nos próximos meses o PSD irá apresentar as suas próprias propostas.

“Penso ser possível encontrar consensos político-partidários”, admitiu Luís Filipe Menezes, reconhecendo que “há a necessidade de modernizar a legislação laboral”. – Fonte: Lusa



Pedro Santana Lopes eleito líder parlamentar do PSD

Pedro Santana Lopes é novo líder parlamentar do PSD, após a sua eleição pelo Grupo Parlamentar, com 53 votos a favor, 11 contra, 8 votos em branco e 3 nulos.

De acordo com uma nota do gabinete de imprensa do Grupo, na eleição “votaram os 75 deputados” sociais-democratas.

Numa primeira reacção a estes resultados, Santana Lopes manifestou-se “satisfeito” com os 70 por cento alcançados, recordando que, ao início da tarde, tinha dito que esperava ter “cinquenta por cento dos votos mais um”.

O novo líder da bancada social-democrata assegurou ainda que se sente “absolutamente legitimado” com esta votação.

“É um resultado que me honra e responsabiliza”, A lista de Santana Lopes para a liderança do grupo parlamentar integrava oito vice-presidentes: Luís Montenegro, Patinha Antão, Pedro Pinto, Hugo Velosa, Virgílio Costa, Ana Manso, Pedro Duarte e José Eduardo Martins.

Pedro Duarte, ex-secretário de Estado da Juventude e deputado eleito pelo círculo do Porto, é único vice-presidente proposto por Santana Lopes que já exercia o cargo na direcção parlamentar que agora cessa funções e que era liderada por Luís Marques Guedes.

Como secretários, Santana Lopes indica os nomes de Jorge Tadeu Morgado e Ofélia Moleiro.

O primeiro subscritor da lista foi o ex-presidente da Assembleia da República João Bosco Mota Amaral.

Subscreveram também a lista de Santana Lopes, os deputados Guilherme Silva, José Luís Arnaut, Luís Campos Ferreira, Miguel Frasquilho, Zita Seabra, Fernando Negrão, Henrique Freitas, Duarte Lima e Rui Gomes da Silva.

A Primeira Tarefa

Depois de, no plenário da Assembleia da República, ter dado os parabéns ao Governo, à diplomacia portuguesa e à Comissão Europeia pelo acordo sobre o Tratado Reformador, que tinha sido alcançado na madrugada desse dia, Santana Lopes falou aos jornalistas para dizer que a questão da forma de ratificação do Tratado será discutida na comissão política nacional do partido, sábado, e posteriormente em Conselho Nacional, ainda sem data.

“O nosso partido vai reunir o Conselho Nacional para formalizar a



sua posição em relação às matérias decorrentes da aprovação do Tratado”, afirmou.

Questionado sobre a sua posição pessoal sobre a forma de ratificação, Santana Lopes escudou-se nas funções de líder parlamentar mas abriu caminho à aprovação do Tratado pela Assembleia da República.

“Neste momento, não tenho posições pessoais, tenho posições institucionais (...) Acho que é muito complicado para a União Europeia um referendo num só país bloquear durante anos o processo de evolução de toda uma União”, frisou.

“É tudo isso que iremos ponderar e analisar, com certeza que muitos de nós defendemos o referendo, preparámos o referendo ao anterior Tratado e depois teve a consequência que teve, bloquear a União durante anos”, recordou, referindo-se à rejeição popular do anterior Tratado Constitucional pela França e Holanda.

Para Santana Lopes, “não deve haver desculpas se houver mudança de posição” por parte do Governo mas salienta que terão de ser explicadas as razões dessa alteração, deixando antever que o PSD não será muito crítico se o executivo deixar cair o referendo.

“Nós compreendemos que as circunstâncias são de facto muito novas”, afirmou.

No entanto, o líder parlamentar do PSD remeteu essa questão para os órgãos do partido, preferindo

congratular-se com a aprovação do Tratado.

“Hoje é um dia de júbilo para Portugal e para a União Europeia e nós sentimos esse júbilo também”, frisou.

Pedro Santana Lopes elegeu como primeira tarefa, enquanto presidente do grupo parlamentar do PSD a mobilização e motivação de todos os deputados para fazerem uma “oposição muito firme” ao executivo socialista.

“A minha primeira tarefa será mobilizar e motivar todos os meus colegas para uma oposição muito firme”, disse Santana Lopes, em declarações aos jornalistas à saída do plenário da Assembleia da República e cerca uma hora depois de terem sido conhecidos os resultados das eleições

para a bancada social-democrata.

Uma oposição que, segundo Santana Lopes, passará por concordar com o executivo de José Sócrates em algumas matérias e discordar em outras e “assumir com honra e orgulho a história do partido, que inclui a liderança de Marques Mendes e a liderança da bancada de Marques Guedes”.

Santana Lopes, congratulou-se ainda com os resultados, reconhecendo não estar “habituação” a ter uma vitória tão expressiva, já que alcançou 70,6 por cento dos votos.

“Não estou habituado a ter essas votações”, gracejou, recordando que ao início da tarde, quando foi votar, tinha afirmado que lhe bastava ter “50 por cento mais um”.





O novo líder da bancada 'laranja' lembrou também as semanas que antecederam estas eleições, com notícias a darem conta de "supostas divergências e oposições" no interior do grupo parlamentar.

Questionado sobre se irão ser feitas alterações nas presidências das comissão parlamentares que são ocupadas por deputados do PSD - Ética, Orçamento e Finanças, Obras Públicas e Negócios Estrangeiros - o ex-primeiro-ministro assegurou não ter ainda pensado nesse assunto.

"Agora é que vou reflectir", referiu, adiantando apenas que, o deputado Patinha Antão, que passará a ser vice-presidente da bancada, irá abandonar a presidência da comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

Em relação às outras comissões, acrescentou, "é natural que haja alguma alteração".

"Mas, se houver, será por boas razões", garantiu.

Sobre a forma como a futura direcção da bancada 'laranja' vai funcionar, Santana Lopes disse querer que "continue a dar testemunho de capacidade e demonstração daquilo que distingue" o PSD do PS.

Uma bancada "assídua e participativa" foi outro dos desejos deixados por Santana Lopes, que quer mesmo um grupo parlamentar que "seja exemplar nessas matéria".

Características a que, segundo Santana Lopes, se deverá juntar "sentido de responsabilidade", "boa-disposição" e "boa educação".

"Quero boa disposição, mas com firmeza", sublinhou, não rejeitando que existam ainda "feridas" em resultado das últimas eleições directas, que deram a vitória a Luís Filipe Menezes, e do congresso do último fim-de-semana.

Questionado sobre se está "ansioso" para o primeiro debate



que irá travar com o primeiro-ministro no Parlamento - a discussão do Orçamento de Estado para 2008 -, o futuro líder da bancada social-democrata, como se prevê, assegurou que não.

"É assim a vida, dá muitas voltas. Não estou nada ansioso", afirmou Santana Lopes, que foi derrotado pelo actual primeiro-ministro, José Sócrates, nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005.



Mudanças nas comissões parlamentares

Entretanto, na segunda-feira, foram conhecidas as alterações que Santana Lopes introduziu nas presidências das comissões parlamentares que incumbem ao PSD.

Assim, o ex-líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, irá presidir à comissão parlamentar de Ética, até agora entregue ao deputado José Matos Correia.

De acordo com o gabinete de imprensa do grupo parlamentar, social-democrata, além de Marques Guedes para a comissão de Ética, ascende à presidência da comissão parlamentar de Economia e Finanças o deputado Jorge Neto.

A presidência desta comissão estava até agora entregue ao deputado Patinha Antão, que passou agora a ocupar um das vice-presidências da bancada parlamentar.

Para a presidência da comissão parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, até agora da responsabilidade do deputado Miguel Relvas, foi designado o deputado Miguel Frasquilho.

O deputado Henrique Freitas será o novo presidente da comissão parlamentar do Negócios Estrangeiros, que estava entregue ao deputado José Luís Arnaut. – Fonte: Lusa

Reorganização das Regiões de Turismo

O PSD tem uma posição de princípio favorável à reorganização das regiões de turismo em cinco entidades, conforme propõe o Governo, mas pretende aprofundar questões relacionadas com os estatutos e integração das regiões que deixam de existir autonomamente.

Em declarações à agência Lusa, o deputado Hugo Velosa, definiu como positivo o esquema elaborado pelo Governo para o território de Portugal Continental, com base nas Nomenclaturas de Unidade Territorial (NUT) II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

"Terá vantagens em relação à proliferação actual de regiões e zonas de turismo", considerou.

De acordo com Hugo Velosa, "havia pequenas regiões que, por vezes, não tinham muito a ver com toda a zona que representavam", pelo que "era natural" esta reorganização. Apesar de a posição de princípio ser positiva, o deputado do PSD ressaltou que há dois aspectos no diploma do Governo que precisam de uma avaliação mais aprofundada antes de uma posição definitiva dos sociais-democratas.

"Remete-se muito para os estatutos das regiões a criar e parece-nos pouco claro o que fazer em relação às existentes: deixam de existir e passam a estar integradas nas cinco, esse processo é que nos parece que pode não ter sido a melhor escolha", disse, acrescentando que a discussão pública ainda não terminou.

No documento, a que a agência Lusa teve acesso, o Governo considera que o Turismo "não se desenvolve por si" e necessita "do envolvimento, da mobilização e da responsabilização de todos os agentes, públicos e privados".

– Fonte: Lusa

A “Academia” do FC Braga

Ricardo Rio (*)

Quiseram as contingências do destino que a discussão em torno de um projecto crucial para o crescimento futuro do Sporting Clube de Braga e muito relevante no quadro da política desportiva do Município, se confundisse com mais um acto eleitoral para a Presidência do Clube.

Até que o próprio se expresse de forma clara, será sempre especulativo admitir que a razão para a hesitação de António Salvador em continuar a assumir as rédeas do Clube/SAD para mais um mandato, assenta na falta de apoio municipal ao projecto de criação da Academia do Sporting Clube de Braga.

Todavia, a dúvida está instalada na mente de muitos Bracarenses que não percebem a dúvida do actual líder em dar sequência ao trabalho que tão bons resultados tem produzido nos planos desportivo e financeiro.

Numa análise estratégica, desde que assegurada a qualidade da gestão e dos recursos humanos afectos, a possibilidade

de criação de uma Academia de Formação idêntica às que hoje estão em funcionamento na alçada dos principais clubes mundiais e de vários nacionais, é um pilar fundamental para o atingir de outra dimensão nos dois planos referidos (desportivo e financeiro).

Como é facilmente aceite, a aposta na formação de jovens valores, o reforço da área de prospecção e a criação das melhores condições possíveis para o desenvolvimento desportivo, humano e social dos milhares de jovens envolvidos nos vários escalões etários, são elementos essenciais para a afirmação e crescimento de um Clube como o Sporting Clube de Braga.

Quer por via da melhoria generalizada da performance dos seus jogadores mais jovens e do aumento do seu índice de aproveitamento nas camadas seniores, quer por via das receitas acrescidas que poderão resultar das suas transferências, cria-se uma base sólida para a sustentação e autonomia futura do Clube.

Por acréscimo, a própria Academia poderá ser dotada de equipamentos e infra-estruturas igualmente rentabilizáveis pelo Clube no médio e longo prazo.

Na óptica Municipal, para lá da melhoria das condições de formação desportiva de uma parcela fundamental dos seus jovens cidadãos (e bem sabemos que tal constatação jamais poderia prejudicar o apoio generalizado a todas as colectividades, como há muito defendo publicamente), esta Academia traria várias outras vantagens.

Desde logo, porque libertaria para a prática pública e para as demais colectividades do Concelho vários espaços desportivos que se encontram ao dispor quase exclusivo das camadas jovens do Braga.

A outro nível, porque mobilizaria para Braga recursos qualificados na área da formação desportiva que poderiam ser aproveitados em projectos mais abrangentes.

Ainda, porque a própria lógica de rentabilização da Academia teria efeitos positivos sobre várias outras franjas da actividade económica local.

Finalmente, porque para uma qualquer Autarquia, dentro do que é razoável, não é indiferente o patamar de competitividade e afirmação nacional e internacional em que se encontram as suas colectividades e instituições mais representativas.

Em última instância, porque, com alguma criatividade, poderia gizar-se um mecanismo de parceria em que o próprio Município usufruísse de parte dos benefícios financeiros gerados pelo projecto, ainda que a título quase simbólico.

Elencadas as vantagens, cumpre esclarecer que jamais se colocou a questão de a Câmara Municipal de Braga patrocinar integral ou significativamente a Academia do Clube. Na proposta que venho defendendo, trata-se apenas de participar na disponibilização dos terrenos necessários, mediante um processo claro, transparente e com diversas salvaguardas.

Assim, qualquer que venha a ser a solução de localização encontrada, terá que ser a Autarquia a encetar as negociações necessárias de forma a ser a CMB a doar os terrenos em questão ao Clube, sem qualquer recurso a permutas cruzadas, e estipulando a introdução de uma cláusula de reversão automática caso o Clube procurasse dar aos mesmos uma utilização diversa da que agora for estabelecida, numa qualquer data futura.

Como autarca e como Bracarense (de Braga e do Braga), não percebo a estranha oposição de Mesquita Machado à concretização deste projecto. A não ser o objectivo de assegurar que o único verdadeiro património próprio do Clube seja o busto do seu benemérito...

- Economista, vereador eleito pelo PSD, Presidente da CPS/PSD-Braga



Notícias de Braga

Um comunicado da CPS/PSD de Braga sobre necessidades de ganhar as autárquicas de 2009

O líder do PSD de Braga aproveitou a sua intervenção no XXX Congresso do PSD para defender que ganhar as eleições em Braga em 2009 é uma obrigação para o Partido Social Democrata, tal como acontece com várias outras Autarquias do País, cujos cidadãos “não dispõem ou nunca dispuseram na era democrática, de uma diferente postura dos seus Autarcas”.

Ricardo Rio invocou ainda vários exemplos de questões locais, como a construção do novo Hospital, dos Quartéis da GNR e PSP ou a sub-orçamentação da Universidade do Minho, para demonstrar que “os portugueses perceberão melhor os nossos reparos e as nossas propostas se os virem traduzidos em questões concretas que a todos digam respeito”.

Ganhar Braga é uma obrigação para o PSD!

O líder da Secção de Braga e Vereador do PSD na Câmara Municipal aproveitou a sua intervenção no XXX Congresso do Partido para reafirmar a convicção de que o PSD irá conquistar a Autarquia Bracarense nas eleições de 2009, no respeito da sua obrigação para com os Bracarenses.

“Mais do que um objectivo partidário”, sustentou, “proporcionar uma melhor gestão municipal, realmente orientada para os anseios dos cidadãos, é uma obrigação do PSD para com as populações de Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Vila do Conde, Matosinhos, Setúbal, Évora, Torres Vedras e tantas outras que não dispõem ou nunca dispuseram na era democrática de uma diferente postura dos seus Autarcas”.

Ricardo Rio, reconhecendo a importância de voltar a ganhar a Câmara de Lisboa e extinguir rapidamente a “sucursal do Governo que se instalou na Praça do Município da capital desde Julho último”, afirma que Braga e outras cidades têm sido feudo socialista, com governações francamente más, e que também é prioritário “dar a volta” a tal situação.

Aos Autarcas do PSD na Oposição, Rio defendeu a atribuição de mais recursos e de um apoio efectivo que



ultrapasse o “paternalismo tradicional de quem se dispõe a dar mais informação, formação e simpatia”, em vez de instrumentos capazes para os combates “tantas vezes desiguais, tantas vezes desleais” que se travam nesses Concelhos.

Em todo o caso, o líder da Coligação “Juntos por Braga” não deixou de manifestar a sua convicção de que “estas são, ainda assim, batalhas que o PSD pode e, seguramente, vai ganhar, como irá acontecer em Braga nas eleições autárquicas de 2009”.

Braga é exemplo de desgoverno do País

Na esfera das questões nacionais, Ricardo Rio saudou o líder eleito por assumir o compromisso de auscultar regularmente as estruturas distritais e concelhias do Partido, uma vez que “os portugueses perceberão melhor os nossos reparos e as nossas propostas se os virem traduzidos em questões concretas que a todos digam respeito”.

Socorrendo-se de exemplos locais, Ricardo Rio explicitou que “quando se fala de contenção despropositada do investimento público, é bom lembrar que há hospitais centrais como o de Braga, que deviam servir um milhão de pessoas em todo o Minho, e que vão demorar tanto tempo a ver negociada a sua adjudicação como a serem construídos”.

aquelas que, de entre nós, querem mais e melhor para si próprias”.

Entre estas, Ricardo Rio enunciou as várias classes de cidadãos que têm sido directamente visadas pela má Governação do Partido Socialista, dos “milhares de desempregados, muitos deles licenciados, muitos deles já de longa duração, que não vislumbram qualquer alternativa de futuro” aos “que querem que a sua ‘Nova Oportunidade’ não seja um mero contributo para a maquilhagem estatística da suas e nossas dificuldades enquanto País”.

Entre outras prioridades da Oposição a desenvolver pelo PSD, Ricardo lembrou também “os

milhares de famílias que vêm a sua contabilidade mensal cada vez mais constrangida por uma política fiscal devoradora e injusta”, os “utentes dos serviços públicos que não vislumbram qualquer melhoria do serviço prestado em áreas como a Saúde, a Justiça, o Apoio às Empresas ou a Segurança Social” e os “funcionários públicos que vivem sob o cutelo do delito de opinião, numa clara violação das sua liberdade”.

...e mais feminino!

A concluir a sua intervenção no conclave do PSD, Ricardo Rio apelou a Luís Filipe Menezes para que ajude a reconhecer a importância de criar mecanismos para reforçar a participação activa de mulheres no Partido.

O líder do PSD de Braga defendeu que “não se trata de cumprir um mero requisito legal, nem de alargar a base de recrutamento feminino”, pese embora já antes Mendes Bota tivesse lembrado que apenas 12% dos Congressistas eram mulheres.

Antes, concluiu “pessoalmente, também tenho a consciência pesada de quem não contribuiu para melhorar essa estatística”, é a “possibilidade de termos um PSD mais forte e seguramente mais português”, e um objectivo em que a Secção de Braga se irá empenhar no futuro próximo. – CPS/PSD-Braga

Estátua homenageia D. Carlos

A Câmara Municipal de Cascais e a ALA - Academia de Letras e Artes, apresentam sexta-feira, dia 19 de Outubro, pelas 17H30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o projecto da Estátua do Rei D. Carlos, da autoria do escultor Luís Valadares. A estátua será inaugurada em Fevereiro de 2008, no âmbito das comemorações do centenário do Regicídio.

Parceira da ALA na produção do monumento evocativo do Rei D. Carlos, principal responsável pela projecção de Cascais enquanto Vila da Corte, a Câmara Municipal de Cascais associa-se, assim, à homenagem a D. Carlos, no seguimento de outros eventos realizados no decurso deste Verão, como a exposição “Mar! Obra Artística do Rei D. Carlos” e da edição do livro homónimo, em parceria com a editora Sete Mares.

Cascais, Capital Europeia do Empreendedorismo - Concelho recebe diversos eventos de 8 a 12 de Outubro

Ao longo dos passados dias, todos os caminhos do Empreendedorismo foram dar a Cascais, com a realização de diversos eventos ligados a esta temática. O arranque da Semana Europeia do Empreendedorismo aconteceu no passado dia 8 de Outubro, a partir das 9H15, no Centro de Congressos do Estoril, com o Fórum “Financiamento da Inovação – Das Ideias ao Mercado”, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Trata-se de uma iniciativa Conjunta da Comissão Europeia e do IAPMEI, que conta com a presença de José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e de José Sócrates, Presidente do Conselho da União Europeia / Primeiro-Ministro. A abertura está a cargo de António d’Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais.

Dias 8 e 9 de Outubro: Fórum da Presidência Portuguesa da UE –



“Financiamento da Inovação – Das Ideias ao Mercado”, iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do IAPMEI, no Centro de Congressos do Estoril

Objectivos: providenciar uma plataforma que permitirá aos Estados Membros, Comissão Europeia, Instituições Financeiras e membros das Pequenas e Médias Empresas e comunidades de Inovação/Tecnologia discutir políticas e práticas relevantes, bem como os constrangimentos básicos, e encontrar soluções e acções necessárias para melhor apoiar a inovação no acesso ao financiamento.

No dia 8 foram ainda entregues os Prémios do Estoril, para distinguir as melhores práticas europeias no financiamento ao empreendedorismo, e no dia 9, na conclusão do Fórum, foi assinada a Declaração do Estoril, um documento de referência a nível europeu na área do empreendedorismo e financiamento da inovação.

De 8 a 10 de Outubro, realizou-se a “Escola Empreendedoras 2007” - Entrepreneur Schools 2007, no Auditório do Complexo Multiserviços da CMC

Promovido pela DNA Cascais, tem por objectivo dotar os professores das

escolas secundárias de Cascais de métodos e técnicas que permitam facilitar o aparecimento de novas ideias de negócio. Após esta formação, os professores levarão este conhecimento pelos alunos das suas turmas.

Dia 9 de Outubro: Cimeira Global dos Líderes de Organizações de Garantia Mútua de PME (Global Summit of SME Guarantee Organizations Leaders), no Casino Estoril (Gala Dinner), tendo por objectivo reunir os responsáveis mundiais das entidades de Garantia Mútua das Pequenas e Médias Empresas, instrumento de política pública em crescente utilização no sentido de permitir a cobertura do risco de financiamentos bancários a empresas e negócios, principalmente na sua fase de arranque.

No dia 10 de Outubro, Fórum de Líderes de Business Angels - Business Angels Leaders Fórum, no Hotel Palácio

Reuniram-se, pela primeira vez, um conjunto de Business Angels a nível mundial no sentido de serem discutidas as questões relevantes para estes investidores e partilhadas as experiências de cada um nos respectivos países, em termos de promoção do conceito, organização dos investidores individuais, formas de relacionamento com os Governos, incentivos e fiscalidade aplicada, etc...

De destacar a presença de representantes europeus, norteamericanos, asiáticos e australianos.

Cascais acolhe exposição itinerante do Museu Bernardino Machado

Subordinada ao tema “Bernardino Machado: Paladino da Liberdade”, a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana recebeu no dia 10 a exposição documental “Bernardino Machado: Paladino da Liberdade”.

Estruturada em três núcleos principais – Revolução de 5 de

Outubro; Combatente das Ditaduras e Defensor das Liberdades –, a mostra abriu portas pela primeira vez em 2001 e integra um conjunto de exposições itinerantes organizadas pelo Museu Bernardino Machado (Vila Nova de Famalicão) no âmbito das comemorações do 25 de Abril.

Inteiramente dedicada à figura deste estadista, que se destacou não só como político e defensor da República, mas também nas áreas da ciência e pedagogia, a colecção do Museu é constituída pelos núcleos de Arquivo e Exposição Permanente. O fundo documental é composto por diplomas, cartas, fotografias, entre outros elementos, bem como por monografias, quadros, vestuário, mobiliário, objectos pessoais, artes decorativas, datadas do período entre 1835 e 1944.

Bernardino Machado nasceu em 1851, no Rio de Janeiro. Foi por duas vezes Presidente da República (1915 – 1917; 1925 – 1926). Faleceu em 1944, em Famalicão.

exposição está patente até 31 de Outubro.

VIII Encontro de escolas de Música de Cascais

O Auditório do Colégio Marista de Carcavelos acolheu no passado Domingo, dia 21 de Outubro, o VIII Encontro de Escolas de Música de Cascais.

A iniciativa tem como objectivo promover o ensino da música nas estruturas associativas e incentivar os jovens alunos a prosseguir a sua formação musical de modo a permitir uma renovação de gerações nas bandas filarmónicas.

Participam no encontro oito escolas de música representantes da Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos, Sociedade Musical Sportiva Alvidense, Sociedade Familiar e Recreativa da Malveira da Serra, Junta de Freguesia de Alcabideche, Sociedade Instrução e Recreio de Janes e Malveira, Sociedade Musical União Paredense, Grupo Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde e Escola de Música do Centro Musical de Cascais.

Poesia de Almada Negreiros, Pessoa e Sá Carneiro, no Centro Cultural

No âmbito da exposição “Ser Português” de Joaquim Carvalho, patente no Centro Cultural de Cascais, tem lugar, no próximo dia 26 de Outubro, pelas 17H00, o Recital de Poesia “Construção do Ser”, com poemas de Almada Negreiros, Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro.





Patente até dia 28 de Outubro, a exposição “Ser Português” foi organizada conjuntamente pela Fundação D. Luís I e o Instituto de Turismo de Portugal e reúne trabalhos de pintura e desenho de Joaquim Carvalho, artista que mereceu rasgados elogios do escritor Urbano Tavares Rodrigues: “As técnicas utilizadas nos desenhos e pinturas de Joaquim Carvalho, que têm sempre o papel como suporte, vão da tinta da china e do pastel ao acrílico e outros processos, com resultados por vezes muito cativantes no traço e no colorido, desconcertantes na pluralidade de sentidos, na abertura ao mistério, na

criação de formas inominadas”.

O recital de dia 26 liga a obra gráfica de Joaquim Carvalho à poesia de autores de elevada craveira.

Câmara recupera Urbanização Campomar e Centro Histórico do Murtal

Até ao final do ano, a freguesia da Paredé vai receber duas importantes intervenções ao nível das obras municipais. Será recuperado o espaço envolvente à Urbanização Campomar e requalificada a zona histórica do “Casco Velho” do Murtal.

No caso da Urbanização Campomar, junto à Avenida dos Maristas, vai ser recuperada toda a envolvente às torres, estando incluída a requalificação ambiental com plantação de árvores, arbustos e herbáceas. Serão também definidos e pavimentados novos arruamentos, zonas de estacionamento e caminhos pedonais. A intervenção contempla ainda a construção e remodelação das infra-estruturas existentes.

A recuperação e reconversão do Centro Histórico do Murtal (Casco Velho) visa devolver o espaço público ao peão, fazendo regressar a vivência de bairro ao local. Assim, em concreto, a intervenção pretende dotar a zona envolvente ao Largo do Poço Velho, local de referência que se situa junto à Escola do Murtal, de: espaços de estacionamento; áreas de recreio e lazer (zonas de estadia); vias mistas, com carácter essencialmente pedonal, através da substituição do pavimento, que passará a ser em calçada grossa de granito; colocar sinalização, assim como mobiliário urbano adequado, que não constitua obstáculo à circulação viária e pedonal.

Esta intervenção integra ainda a construção e remodelação da rede de esgotos pluviais, adequando-a às actuais necessidades.

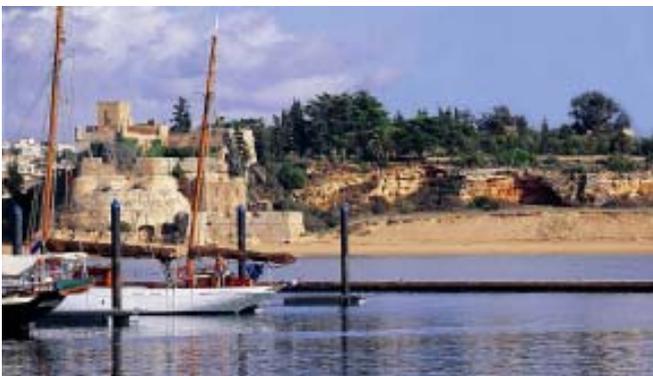
Limites da Intervenção no Murtal:

Rua de Diu, Rua Cláudia Lagrange, Largo João dos Santos, Rua Almirante Gago Coutinho, Travessa dos Secos, Rua Joaquim Pereira Roque, Avenida Velha, Largo do Poço, Rua Maestro Pedro de Freitas Branco, Calçada Padre Tomás Borba, Rua de Damão; Avenida Infante Dom Henrique; Travessa do Poço; Travessa do Realista; Rua Diogo Cão; Travessa Nossa Senhora do Saudade; Rua António Seco; Rua das Ferreiras; Travessa dos Secos. – **Fonte: Gab. Imprensa CMC**



Notícias de Portimão

Posição do PSD na Câmara, relativamente à requalificação da zona ribeirinha



É a seguinte a posição dos Vereadores sociais-democratas na Câmara de Portimão, relativamente ao acordo de accionistas para parceria público-privada visando a requalificação da zona ribeirinha de Portimão.

Durante o actual mandato autárquico, o Partido Social Democrata tem visto a sua representação assegurada na Câmara Municipal de Portimão por mim próprio e pelo Vereador em regime de

substituição, Dr. Pedro Martins. Tem sido nosso entendimento que, depois de um resultado autárquico em que a coligação Portimão Primeiro se quedou a escassas três centenas de votos da eleição do terceiro Vereador, e depois da “deserção” do candidato indicado pelo CDS, deveria o trabalho autárquico não ficar limitado a uma só pessoa. Pelo contrário, numa perspectiva de trabalho consistente, sério e olhando o futuro, o Dr. Pedro Martins tem acompanhado e colaborado no cumprimento dos compromissos que assumimos perante os Portimonenses. É assim com naturalidade que, além dessa cumplicidade política permanente, que não é mais que a continuidade de quase 6 anos de percurso político comum, o Dr. Pedro Martins assumo o lugar de Vereador sempre que por razões profissionais ou pessoais tal se justifique. Formalmente, em regime de

substituição, na prática em pé de igualdade, conquistada pela sua capacidade política, pelo seu conhecimento da vida autárquica e pelo empenho e dedicação que põe no cumprimento das funções que lhe são delegadas.

Serve este preâmbulo para clarificar o porquê de uma posição assumida de forma conjunta, relativa a uma questão formal e politicamente relevante, que continuará a merecer a nossa atenção e vigilância, cujos desenvolvimentos continuaremos a acompanhar. (Assº. - João Amado)

A posição do PSD

No passado dia 3 de Outubro foi apresentada pela maioria socialista, em reunião da Câmara Municipal de Portimão, uma proposta de acordo de accionistas para constituição de parceria público-privada para a

requalificação da zona ribeirinha de Portimão, a celebrar entre a Expoarade, EM e o consórcio constituído pelas empresas: FDO – Construções, S.A., José De Sousa Barra & Filhos, LDA., FDO - Projectos, LDA., Euroluguer – Transportes e Aluguer de Equipamentos, LDA.

Apesar de, por princípio, o Partido Social Democrata ser favorável a este tipo de parcerias, por vezes única forma de tornar financeiramente viáveis novos equipamentos e a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, o documento apresentado levanta questões importantes, nomeadamente quanto às regras estabelecidas para futuras adjudicações de empreitadas.

Considerando que estão em causa dinheiros públicos que implicarão um contrato programa que onerará a autarquia para os próximos 25 anos, torna-se, em nosso entender, indispensável garantir regras claras e objectivas que garantam princípios de transparência e de livre concorrência; aliás, esta mesma posição é recomendada pela comissão independente que foi constituída para a escolha do parceiro privado.

Embora o que esteja em causa, formalmente, seja a constituição de uma sociedade com um capital social relativamente baixo, a realidade é que esta mesma sociedade vai ser responsável por investimentos avultados que, no cumprimento da legislação em vigor, obrigariam à realização de concurso público internacional. Por outro lado, as obras públicas regem-se ainda por critérios rigorosos quanto aos critérios de inclusão e exclusão de candidatos a concursos, designadamente quanto à experiência, dimensão e adequação técnica à candidatura em causa, factos que no caso em apreço se tornam impossíveis apreciar. A intervenção prevista, multidisciplinar, composta por equipamentos muito díspares e de enorme exigência quanto à sua concepção e construção não se compadece com este quase “secretismo” quanto às escolhas dos parceiros actuais e futuros do Município nesta importante obra.

Enquanto candidatas e eleitos pelo Partido Social Democrata, defendemos e continuaremos a defender uma profunda intervenção urbanística, que valorize e devolva aos Portimonenses e visitantes a zona ribeirinha, envolvendo a sociedade civil, operadores turísticos, comerciantes, investidores nas áreas da hotelaria e da restauração e população. Esta “omnipresença” e “omnisciência” da Expo-Arade não só é redutora do papel da Câmara Municipal, como limita a capacidade de intervenção da sociedade civil ao mostrar-se “dona e senhora” de decisões que, repete-se, se exigem mais claras e transparentes.

Em tempo útil, nos locais próprios, numa perspectiva de Oposição responsável que sempre perfilhamos, foram por nós manifestadas estas preocupações. Foram sugeridas alterações ao documento de modo a que fossem expressamente garantidos os

princípios de transparência e da livre concorrência. De facto, veio a ser introduzida apenas uma pequena alteração ao texto inicial, a qual veio estabelecer o princípio da publicidade, sem que no entanto fossem definidos quaisquer critérios objectivos que garantam a lisura dos procedimentos e a subsequente garantia da salvaguarda

do interesse público.

Assim, relativamente à deliberação tomada pela maioria socialista, acompanhada como de costume pelo Vereador “independente”, foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo Dr. Pedro Martins, Vereador eleito pelo PSD, em substituição:

«Voto contra, por considerar que

não estão garantidos os princípios de transparência e da livre concorrência indispensáveis para a salvaguarda do interesse público, nomeadamente no que se refere à política de contratação de serviços preconizada, a qual considero vai contra o próprio parecer da comissão de avaliação que seleccionou o parceiro privado.» - **Gab. Ver. PSD/CM Portimão**

Notícias do Algarve

Ao fim de quase um ano, Mendes Bota recebe uma respostas vaga a requerimento apresentado em 2006



É absolutamente inadmissível que uma empresa de capitais públicos como a REFER, do grupo CP – Caminhos de Ferro Portugueses, se permita exercer actividades de mais do que duvidosa legalidade, e que tornaram de um dia para o outro a vida de dezenas de cidadãos num autêntico inferno, e tudo isto perante a passividade das autoridades que têm a obrigação de zelar pelo meio ambiente e pela segurança dos cidadãos.

A situação passa-se na Estação de Loulé, no terminal ferroviário de mercadorias do mesmo nome. Desde há cerca de um ano, em terrenos da REFER, iniciou-se uma actividade de estaleiro gigantesco de areias, a pouquíssimos metros de várias habitações (nalguns casos a menos de dez metros) que ali se encontram construídas vai para três décadas.

A areia vem por transporte ferroviário, sobretudo de noite, e com enormes ruídos metálicos da transfega dos vagões para os montes de areia, existindo um fluxo permanente de camiões que ali vão carregar a qualquer

hora, sem a devida protecção, passando mesmo junto às habitações, com todo o cotejo de poeiras e de ruídos insuportáveis.

Nesta nova actividade, não existe qualquer respeito, nem por horários, nem pelas crianças que necessitam de dormir e de estudar, nem pela limpeza das casas que têm que fechar as portas e janelas de noite e de dia para tentar evitar a entrada de mais poeira e de areia do que aquela que de facto entra, além de ser de todo impossível lavar e secar roupa ao ar livre.

Não deve existir um único cidadão em Portugal que gostasse de passar de uma vida normal, para um inferno assim. Ninguém tem o direito de vandalizar desta forma a vida das pessoas.

Existem moradias novas em construção, e até se prepara para arrancar um novo loteamento na proximidade deste estaleiro. O trânsito de camiões processa-se sem condições de segurança, numa estrada estreita e num cruzamento perigoso. Que espécie de urbanismo é este?

Em 1 de Agosto de 2006, os moradores da zona entregaram na Câmara Municipal de Loulé um abaixo-assinado, de que se junta fotocópia, mas tudo continua na mesma.

Pergunta-se à GNR, e à sua brigada do Ambiente, porque razão não actua, não verifica a falta de respeito pela qualidade do ar e do solo, o desrespeito pela lei do ruído e dos horários de funcionamento, e porque é que não penaliza quem trabalha na base de uma licença de actividade que não existe. Ou a fiscalização não abrange as grandes empresas de capitais públicos, é só para os cidadãos?

Pode-se montar um estaleiro de inertes, sem limites de tamanho, à porta das pessoas? Não há regras que impeçam essa desfaçatez? Ou é só a ânsia do lucro de quem exerce essa actividade que prevalece sobre os demais valores?

Pergunta-se à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve onde é que está a autorização de funcionamento para este estaleiro de areias, e o que já fez para a reposição da legalidade?

Pergunta-se à Câmara Municipal de Loulé, se alguma vez foi chamada a autorizar a instalação desta actividade, e o que pensa fazer para impedir que a vida de dezenas de municípios seus, que contribuem para as suas receitas, continue a ser vandalizada por actividades ilegais?

Pergunta-se ao Ministério das Obras Públicas com tutela sobre a REFER, se tinha conhecimento desta situação, e o que pensa fazer para repor as condições de vida a que os moradores contíguos ao terminal ferroviário de carga de Loulé têm direito?

Por tudo isto que exige

esclarecimento e intervenção, requeiro a V. Exa., ao abrigo das disposições regulamentares, legais e constitucionais, se digne obter uma resposta do Ministério da Administração Interna, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento e do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que são quem tem as tutelas das diferentes entidades aqui mencionadas.

É que, de facto, não há direito! O país não pode estar a saque, com cada qual a fazer o que lhe apetece, à revelia da lei e com grave lesão dos direitos dos outros cidadãos. Que cada um de nós experimente a colocar-se no lugar destes moradores. Para ver se gosta!

Mas o alerta para as autoridades atrás mencionadas fica aqui generalizado. Vive-se na moda da implantação ilegal de estaleiros de inertes. Além deste da Refer, assinalem-se Vale Judeu, Franqueada (muito bem combatido pela autarquia de Loulé), Esteval, só para citar os mais próximos. Não se pergunta nada a ninguém, e de um dia para o outro, o estaleiro de areias está lá, não importa onde. Alguém anda a dormir na sua função fiscalizadora. – **CPD/PSD-Algarve.**

Ao fim de mais de mais de 10 meses, o Governo “digna-se” responder a Mendes Bota!

É finalmente, eis a resposta do Ministério da Presidência. É caso para dizer, “custou mas foi!”. No entanto, a resposta está longe de ser satisfatória e é do seguinte teor:

«...Depois de ouvidas a REFER – Rede, Ferroviária Nacional, E.P. e a CP-Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de informar V. Exa. que:

O Terminal de Loulé (TL) foi construído há cerca de vinte anos, na sequência da ampliação da estação centenária existente no local, com o objectivo de modernizar e adequar a oferta da CP no que diz respeito ao tráfego de mercadorias face à alteração de perfil da procura, concretamente, f l u x o s massificados/ produtos de grande procura.

Até 2001, registou-se no TL um conjunto de tráfego na ordem das 250.000 toneladas/ ano.

Entre 2002 e o 1.º trimestre de 2004, por razões conjunturais e de mercado, praticamente não se registou tráfego comercial, tendo sido instalado no local o estaleiro de renovação da Linha do Sul e do Algarve, com actividades logísticas intensas em materiais de via e

actividades pré e industriais.

Em finais de 2003, a CP iniciou o relançamento do tráfego comercial para o

Algarve, sendo actualmente operadas em Loulé cerca de 500.000 toneladas dos seguintes produtos: jet fuel (abastecimento do aeroporto de Faro), produtos

Ceralíferos e siderúrgicos, rochas ornamentais, areia e contentores, perspectivando-se o aumento para 750.000 toneladas/ano, na sequência dos contratos comerciais em desenvolvimento.

O transporte actualmente em execução corresponde a 160 camiões/dia, 40.000 camiões/ano, num percurso médio de 550 km/veículo, traduzindo-se em ganhos económicos para o tecido consumidor e produtivo da região do Algarve, resultantes do acesso a soluções logísticas mais económicas, e de balanço global ambiental e energético, se consideradas as vantagens que o transporte ferroviário apresenta nestas duas vertentes.

A actividade em execução no TL tem um impacto percebido negativo para a população residente na zona envolvente (note-se que, à data da concretização do terminal, a densidade habitacional era cerca de 70% inferior à actual), impacto esse que tem, desde o início, merecido a maior atenção da CP, no sentido da sua redução ao máximo.

Assim e em reuniões prévias conjuntas, realizadas entre a CP, a

REFER e a

Câmara Municipal de Loulé, foram desde logo acordadas várias medidas para minorar os efeitos decorrentes da actividade do TL, nomeadamente, a melhoria

do nó rodoviário de acesso às EN 125 e Via do Infante.

No 2.º semestre de 2006, procedeu-se ao reajustamento do horário de funcionamento do TL e, mais recentemente, foram implementadas outras alterações, entre elas a pavimentação da zona de circulação e carga de camiões e a diminuição do stock de areia em altura para 2,50m (i.e. abaixo da vedação do TL).

Não obstante a CP manifestar a sua disponibilidade para introduzir alterações e

melhorias no funcionamento do TL, sempre que tal se mostre exequível e adequado à manutenção de um justo equilíbrio de interesses, cumpre ainda informar que no curto prazo, será concluída, ainda em 2007, a ligação da nova via rodoviária Loulé/Quarteira, que permitirá diversificar e encurtar trajectos rodoviários de acesso ao Terminal de Loulé, com consequente redução da densidade de tráfego de uso das vias rodoviárias menos aptas.

Por outro lado, com a concretização da Plataforma Logística de Tunes, os tráfegos actualmente operados no Terminal de Loulé migrarão, tal como previsto no estudo da sua viabilidade. – **Ass: O Chefe do Gabinete**

Notícias dos Açores

PSD contra projecto de estatuto do representante da República

O PSD/Açores manifestou-se contra o projecto de lei que define o estatuto do representante da República nas regiões autónomas, por considerar que o diploma atribui a esta figura competências que desapareceram com a última revisão constitucional.

“Na revisão constitucional de 2004 o representante da República não sucedeu ao ministro da República. Não é ministro, não tem competências administrativas. E não podemos fazer com que, através da lei ordinária, volte a ter competências e atribuições que desapareceram com a revisão constitucional. A representação da Região num conjunto de órgãos do Estado deve ser feita através do governo regional”, afirmou Pedro Gomes, vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, em declarações aos jornalistas, à margem dos trabalhos da comissão de assuntos parlamentares.

Segundo o deputado do PSD/Açores, o representante da República deve ficar apenas com as “competências fundamentais”,

decorrentes da última revisão constitucional, que são nomear o presidente e os membros do governo, bem como assinar ou usar o direito de veto em relação às leis regionais.

Governo socialista gasta 220 mil euros para comemorar 10 anos do Rendimento Social de Inserção

O líder do PSD/Açores denunciou hoje que o governo regional gastou cerca de 220 mil euros para comemorar o décimo aniversário do Rendimento Social de Inserção (RSI), o que classificou como um “escândalo”, dado que o número de beneficiários daquele apoio social aumentou 10,8 por cento nos últimos dois anos e meio.

“Estes 220 mil euros dão para pagar quase mil prestações de RSI durante um mês, dão para construir duas creches ou três casas e, no entanto, esbanja-se esse dinheiro a troco de duas notícias, um minuto de televisão e de um momento vão, de comemorar 10 anos de RSI, o que é a prova acabada



da incapacidade deste governo, pois celebra-se para disfarçar o insucesso das políticas que dão autonomia às pessoas”, afirmou Costa Neves, numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo.

O líder social-democrata salientou que “comemoraria, com gosto, a diminuição de pessoas que recebem RSI”, o que não acontece, sublinhou, já que o número de beneficiários, segundo as estatísticas da Segurança

Social, aumentou 10,8 por cento entre Março de 2005 e Setembro de 2007, passando de 15964 para 17696 (7,3 por cento da população), o que faz dos Açores “a região do país com a maior taxa de beneficiários de RSI”.

Estes dados mostram, segundo o presidente do PSD/Açores, que existe uma “notória falta de políticas” nesta área por parte do governo regional. “O PIB está a regredir e RSI a aumentar, o que demonstra as dificuldades por que passam os açorianos”, afirmou.

Costa Neves acrescentou que, com um governo regional da responsabilidade do PSD/Açores, os beneficiários do RSI “vão passar a ter a obrigação de prestar serviço à comunidade como uma contra-prestação cívica por aquilo que a sociedade lhes concede”.

Um comunicado do PSD/Açores

Simultaneamente, o PDD/Açores emitiu o seguinte comunicado:

Ao longo de quase doze anos, o Governo Regional socialista esbanjou o dinheiro dos açorianos sem alcançar resultados positivos na vida das pessoas.

A propaganda dos anúncios e das comemorações com e sem razão, têm sido os artificios para tentar iludir o insucesso dos resultados.

Um dos mais elucidativos exemplos do fracasso das políticas socialistas e do esbanjamento dos dinheiros públicos foi a recente comemoração do Rendimento Social de Inserção.

Por incrível que possa parecer, a verdade é que o Governo Regional lembrou-se de comemorar o 10º aniversário do Rendimento Social de Inserção.

Mas, se a peregrina ideia já não fosse suficiente para pôr a descoberto os propósitos do regional socialismo, constata-se que o Governo Regional gastou em tais celebrações a quantia de 219 417 E.

É, de facto, um escândalo!

O Governo Regional gastou, na



moeda antiga, mais de quarenta mil contos para a “realização de actividades no âmbito das comemorações do 10º aniversário do Rendimento Social de Inserção”.

Tal quantia foi processada por verbas do Rendimento Social de Inserção e através de acordos de cooperação com nove instituições particulares de solidariedade social, sendo que apenas uma delas recebeu o montante de 217 127 E.

Tudo isto é tanto mais chocante quanto se verifica que o valor médio da prestação de RSI por família açoriana, em Setembro de 2007, foi de 229,27 euros.

Pelo que, os 220 mil euros gastos nas comemorações dos 10 anos do RSI dariam para pagar 956 prestações. Ou seja, quase mil!

E esta política irresponsável da propaganda e dos eventos pretende

apenas disfarçar os insucessos daquilo que seria a obrigação do Governo: diminuir as dificuldades dos açorianos, baixando os níveis da pobreza.

E, nos Açores, nos últimos quatro anos, aumentou o número de beneficiários do RSI.

1. Com efeito, em Novembro de 2003, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais falava em 16.407 beneficiários (6.7% da população dos Açores);

2. Em Março de 2005, a Directora Regional da Segurança Social referia 15.964 Beneficiários (6.5% da pop.)

3. Em Setembro de 2007, o SRAS falava em 17.696 beneficiários (7.3% da pop.) o que correspondia a 5.070 famílias apoiadas

- Um aumento de 10.8% em relação a Março de 2005.

O mais grave é que o falhanço dos resultados não surge por falta de meios.

Antes pelo contrário, os Açores nunca receberam tanto dinheiro como nestes últimos anos. Porém, isso não se sente na vida das pessoas que a cada dia que passa sentem mais dificuldades nas suas vidas.

De 2000 a 2006, os Açores receberam da União Europeia mais de mil e duzentos milhões de euros, o que equivale a cerca de 175 milhões de euros por ano e cerca de 480 mil euros por dia, isto é, os Açores receberam por dia, todos os dias do ano, da União Europeia quase cem mil contos.

Os Açores receberam o triplo da média das regiões mais pobres da União Europeia.

Mas, apesar de tudo, o PIB per capita, o indicador mais fiável da criação de riqueza e do desenvolvimento de uma Região, continua a cair em relação à média da Europa.

Em 2002 representava 71% dessa média, em 2004 baixou para 66%, dois terços da média da União.

Mas, apesar disso tudo, somos, de longe, a Região do país com a maior taxa de beneficiários de RSI.

Mas, apesar disso tudo, em vez de termos menos açorianos com problemas, temos mais açorianos a beneficiar de RSI.

Sem resolver estes problemas da vida dos açorianos, o Governo gasta mais de quarenta mil contos a festejar os 10 anos do Rendimento Social de Inserção.

O PSD diz sim ao Rendimento Social de Inserção pela necessidade de existência de políticas que combatam a exclusão e concedam condições mínimas de dignidade para a vida das pessoas.

Discordamos da falta de políticas que façam com que cada vez menos açorianos precisem de recorrer ao Rendimento Social de Inserção.

É esta a nossa preocupação.

Somos diferentes, apresentamos como alternativa ao governo socialista.

Por tudo isto, assumo que com um Governo do PSD os beneficiários de Rendimento Social de Inserção passarão a ter obrigações de prestar serviços à comunidade como uma contra-prestação cívica por aquilo que a sociedade lhes concede.

- PSD/Açores



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I ORGANIZAÇÃO

Artigo 1º (Definição)

1. O Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) é um órgão independente encarregado de velar, ao nível nacional, pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais, estatutárias e regulamentares por que se rege o Partido Social Democrata (PSD).

2. O CJN, na sua actuação, apenas observa critérios jurídicos.

Artigo 2º (Composição)

1. O CJN é composto por nove membros efectivos, e por seis suplentes, eleitos em Congresso.

2. O Presidente é o primeiro candidato da lista mais votada no Congresso Nacional, sendo o Secretário eleito de entre os seus membros, na primeira reunião do Conselho.

Artigo 3º (Presidente)

1. O Presidente do CJN representa o órgão e coordena os seus trabalhos.

2. O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo segundo membro da lista mais votada em Congresso.

CAPÍTULO II FUNCIONAMENTO

Artigo 4º (Reuniões)

O CJN reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque, por iniciativa própria ou a requerimento de 1/3 dos seus membros.

Artigo 5º (Eleição do Secretário)

Na primeira sessão após a eleição em Congresso proceder-se-á à eleição, por escrutínio secreto, do Secretário do CJN.

Artigo 6º (Convocatórias)

As convocatórias são feitas pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação que assegure o seu efectivo conhecimento, com uma antecedência mínima de 8 dias ou 48 horas relativamente, respectivamente, às reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 7º (Quórum e deliberações)

1. O CJN pode deliberar desde que se encontre presente a maioria dos seus membros.

2. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos expressos.

3. O Presidente do CJN tem voto de qualidade.

Artigo 8º (Actas)

1. De todas as reuniões do CJN é lavrada acta, de que deve constar, obrigatoriamente:

- A data e o local da reunião;
- A identificação de todos os presentes;
- Os processos admitidos e distribuídos, se os houver;
- As deliberações tomadas com sucinta exposição dos seus fundamentos;
- A transição integral das declarações de voto;
- Os pareceres interpretativos vinculativos aprovados.

2. As actas do CJN são elaboradas pelo Secretário, salvo se o mesmo não participar na reunião, caso em que se procede à escolha *ad hoc* de outro Secretário.

Artigo 9º (Faltas)

1. Os membros do CJN que, por qualquer motivo, se encontrem impedidos de participar em reuniões devem informar a sua falta, com a maior antecedência possível, junto do secretariado do CJN.

2. Qualquer membro efectivo que se encontre impossibilitado de comparecer às reuniões, por um período que abranja, pelo menos, três reuniões ordinárias, deve requerer a sua suspensão, a fim de, durante esse período, ser substituído por um membro suplente.

Artigo 10º (Perda de mandato)

1. Perdem o mandato os membros do CJN que:

- a) Faltem injustificadamente a 3 reuniões ordinárias seguidas ou a 6 reuniões interpoladas;
- b) Independentemente de justificação, faltem a 6 reuniões ordinárias seguidas ou a 12 reuniões interpoladas.

2. A perda do mandato é declarada pelo CJN, que o comunica aos serviços do PSD para efeitos de substituição.

Artigo 11º (Suspensão de mandato)

1. Qualquer membro do CJN pode requerer a suspensão do seu mandato por uma ou mais vezes, por um período total não superior a 6 meses, devendo fundamentar o pedido.

2. A apreciação do período de suspensão é da competência do CJN, que o poderá indeferir se considerar insuficiente a justificação.

3. A suspensão do mandato torna-se efectiva a partir da data de deliberação que defira o respectivo pedido.

4. A suspensão do mandato só pode cessar antes do termo do período por que foi concedida se, decorridos dois terços desse período, o membro suspenso comunicar ao Presidente do CJN a vontade de retomar a efectividade de funções, produzindo então efeitos imediatamente.

Artigo 12º (Substituição)

1. Os membros do CJN que renunciem, percam ou suspendam o seu mandato são substituídos pelo membro posicionado imediatamente a seguir na mesma lista submetida a sufrágio no Congresso Nacional do PSD.

2. O critério de substituição previsto no número anterior é idêntico tanto para a substituição temporária como para a substituição definitiva.

CAPÍTULO III COMPETÊNCIAS

Artigo 13º (Competências do plenário)

1. Compete ao CJN em plenário:

a) Apreciar a legalidade de actuação dos órgãos nacionais, regionais e distritais do Partido, podendo, officiosamente ou mediante impugnação de qualquer órgão nacional ou de, pelo menos, 5% dos militantes inscritos no âmbito do órgão cujos actos se pretenda impugnar, anular qualquer dos seus actos por contrários à Constituição, à lei, aos Estatutos ou aos Regulamentos;

b) Proceder aos inquéritos e instaurar os processos disciplinares que considere convenientes ou que lhe sejam solicitados pelo Conselho Nacional, pela Comissão Política Nacional ou pelo Secretário-Geral a qualquer órgão nacional ou distrital, sector de actividade do Partido ou a qualquer militante que os integre, podendo para o efeito designar como instrutores ou inquiridores os militantes que entender;

c) Ordenar aos Conselhos de Jurisdição Distritais a realização de inquéritos aos órgãos e sectores de actividade do Partido a nível das Secções, bem como instaurar processos disciplinares aos militantes que os compõem;

d) Julgar os recursos que para eles sejam interpostos das decisões dos Conselhos de Jurisdição distritais;

e) Emitir pareceres vinculativos sobre a interpretação dos Estatutos e a integração das suas lacunas;

f) Examinar a escrita do Partido e verificar os balancetes de receita e despesa, bem como a legalidade dos pagamentos efectuados;

g) Elaborar parecer anual sobre o relatório e contas apresentados pela Comissão Política Nacional;

h) Fixar as remunerações dos titulares dos órgãos nacionais;

i) Decidir sobre as propostas de dissolução das Comissões Políticas distritais apresentadas pela Comissão Política Nacional, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 21º dos Estatutos do PSD.

2. O CJN, ou qualquer dos seus membros, tem o direito de solicitar ou consultar todos os elementos relativos à vida do Partido necessários ao exercício da sua competência.

3. Para o exercício da sua competência pode o Conselho nomear como instrutores de inquéritos os militantes que entender e, bem assim, fazer-se assistir pelos assessores técnicos que julgar necessários.

Artigo 14º (Competências do Presidente)

1. Compete, em especial, ao Presidente do CJN:
 - a) Convocar as reuniões, fixar a respectiva ordem de trabalhos e presidir às mesmas;
 - b) Apreciar, liminarmente, as participações e os pedidos de impugnação que forem recebidos na Sede Nacional do PSD;
 - c) Registrar, autuar, numerar e remeter ao relator os processos dirigidos ao CJN;
 - d) Nomear o relator ou instrutor dos processos dirigidos ao CJN, sempre que possível em sistema rotativo, bem como avocá-los em caso de urgência;
 - e) Mandar publicar no “Povo Livre” qualquer deliberação ou parecer do CJN que careça de publicação;
 - f) Exercer todas as competências que lhe sejam cometidas por Lei, pelos Estatutos Nacionais e pelos Regulamentos.

2. Sempre que, por razões de manifesta urgência, se imponha a tomada de deliberações pelo CJN e não seja possível reunir este órgão em tempo útil, o Presidente do CJN poderá ainda decidir em nome do Conselho, submetendo de seguida a sua decisão à ratificação em Plenário.

3. Para efeitos do número anterior, o Presidente do CJN consultará prévia e informalmente os membros do CJN sobre o sentido do seu voto, agindo em conformidade com a maioria.

Artigo 15º (Competências do Secretário)

Compete, em especial, ao Secretário:

- a) Elaborar em livro próprio as actas das reuniões, cujo conteúdo obedecerá ao disposto no nº 1 do artigo 8º;
- b) Superintender no expediente do CJN;
- c) Manter o arquivo documental geral do CJN actualizado e em perfeito estado de consulta.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO

Artigo 16º (Impugnações)

1. Todos os actos praticados por órgãos do PSD ou pelos respectivos titulares, em violação do disposto na Lei, nos Estatutos do PSD ou nos respectivos Regulamentos

devidamente aprovados, podem ser anulados pelo Conselho de Jurisdição no caso competente.

2. Torna-se definitiva a decisão de que não seja interposto recurso no prazo de oito dias a contar da sua notificação ao interessado.

Artigo 17º (Admissibilidade dos recursos)

Das decisões de qualquer Conselho de Jurisdição Distrital, proferidas no uso da competência prevista nos termos do artigo 45º, nº 1, alíneas a) e c) dos Estatutos Nacionais do PSD, cabe recurso, com efeito suspensivo, para o CJN.

Artigo 18º (Legitimidade)

Têm legitimidade para a interposição de recurso o requerente do processo de impugnação ou o órgão impugnado, bem como um terceiro que demonstre ter um interesse directo no respectivo processo.

Artigo 19º (Requisitos e prazo)

1. O requerimento de interposição de recurso é desde logo acompanhado das alegações do recorrente, nas quais concluirá este pela indicação das razões de facto e de direito por que pede a alteração ou a anulação da decisão recorrida.

2. Na falta de alegação, o recurso é considerado deserto, dele não se tomando conhecimento.

3. O recurso deve ser interposto no prazo máximo de 8 dias contados da data de notificação da decisão do Conselho de Jurisdição Distrital ao respectivo órgão ou ao interessado.

4. O recurso pode ser:

- a) entregue na Sede Nacional do PSD, sendo passado recibo de entrega quando solicitado;
- b) remetido por correio para a Sede Nacional do PSD sob registo.

Artigo 20º (Decisão)

1. O CJN conhece a matéria de facto e de direito, podendo ordenar a realização de qualquer diligência.

2. As decisões do Conselho são sempre tomadas no prazo máximo de 90 dias, salvo justificado motivo para a sua prorrogação, não devendo, em caso algum, o processo exceder o prazo de 180 dias até à decisão final.

3. Sem prejuízo da observância do termo limite fixado no número anterior, o prazo inicial conta-se a partir da

distribuição e entrega do respectivo processo ao Relator designado.

Artigo 21º (Notificação)

1. A decisão é obrigatoriamente notificada ao recorrente e ao recorrido, podendo ainda ser levada ao conhecimento de outros órgãos.

2. A notificação aos interessados deve ser feita pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção.

3. Caso as formas previstas no número anterior se frustrarem, a notificação pode ser feita através de anúncio publicado no “Povo Livre”.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 22º (Contagem de Prazos)

Os prazos previstos no presente regulamento suspendem-se nos sábados, domingos e dias feriados, e iniciam-se no dia imediatamente posterior à data da ocorrência dos factos que determinam a sua contagem.

Artigo 23º (Competência cautelar)

Quando tal se revelar necessário, o CJN, no âmbito das suas competências, a requerimento dos interessados ou oficiosamente, pode excepcionalmente decidir, suspendendo provisoriamente os actos praticados ou a praticar, no caso de manifesta e grave violação dos Estatutos do PSD ou da legalidade em geral.

Artigo 24º (Interpretação, lacunas e disposições subsidiárias)

1. As dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer das normas do presente Regulamento, bem como a integração das respectivas lacunas, é da competência do CJN.

2. São supletivamente aplicáveis as disposições estatutárias do PSD e, na sua falta, as disposições pertinentes da lei geral, nomeadamente:

a) As disposições processuais civis em matéria de contagem de prazos;

b) As disposições da lei geral do trabalho em matéria de processos disciplinares.

Artigo 25º (Publicações)

1. Os acórdãos do CJN são compilados pelo respectivo secretariado, devendo ser objecto de publicação no “Povo Livre”, pelo menos, uma vez por ano, o conjunto dos sumários no caso dos acórdãos que tenham um especial interesse doutrinário, a juízo do presidente do CJN.

2. Os pareceres emitidos ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 27º dos Estatutos e da alínea e) do nº 1 do artigo 11º do presente Regulamento são imediatamente publicados no “Povo Livre”.

Artigo 26º (Publicação e entrada em vigor)

O presente Regulamento, depois de aprovado, é publicado no “Povo Livre”, entrando em vigor 30 dias depois.

ALTERADO E APROVADO PELO CONSELHO JURISDIÇÃO NACIONAL, EM LISBOA, em 22 de Outubro de 2006



CABECEIRAS DE BASTO

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, a Assembleia de Secção, para o dia 17 de Novembro de 2007, sábado, às 21h30, na sede do PSD, no Loteamento do Quinchoso, em Cabeceiras de Basto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política e concelhia, decorrente do XXX Congresso do PSD;
2. Outros assuntos de interesse para a Secção;
3. Tomada de posse dos novos órgãos da Secção.

Nota: Nos termos do nº 2 do artigo 66º, dos Estatutos, a Assembleia Geral, funcionará a partir das 22h00 com qualquer número de militantes presentes.

DISTRITAL DE SETUBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Setúbal do PSD, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2007, sexta-feira, entre as 18h00 e as 23h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único:

- a) Mesa da Assembleia Distrital;
- b) Comissão Permanente Distrital;
- c) Conselho de Jurisdição Distrital;
- d) Delegados à Assembleia Distrital.

Locais de votação:

Alcácer do Sal: Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer (Calceteiros), no Largo 25 de Abril, em Alcácer do Sal.

Alcochete: Travessa do Ferrador, nº 1 – 1º Frente

Almada: Rua Clube de Clube de Campismo do Concelho de Almada, 6ª, em Almada.

Barreiro: Rua Miguel Pais, 39, Barreiro

Grândola: Rua Afonso de Albuquerque, 17, Grândola

Moita: C. Comercial da Zona F. Loja 3, Vale da Amoreira

Montijo: Praça da República, 12, Montijo

Palmela: Rua Hermenegildo Capelo, 141, Palmela

Santiago do Cacém: Largo Almeida Garrett, 1, Santiago do Cacém

Seixal: Rua do MFA, 11, Amora

Sesimbra: Rua da República, 20 – 1º Esq - Sesimbra

Setúbal: Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq

Sines: Rua do Ferreira, 10, Sines

Nota: Para efeitos de recepção de candidaturas a Sede Distrital encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 15h00 às 18h00 e no dia 29 de Novembro de 2007 até às 24h00.

Para efeito de votação no dia 30 de Novembro, as urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Guimarães, para participarem na Assembleia Concelhia, que se vai realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2007, das 18h00 até às 23h00, na sede, sita ao Largo do Toural, nº 125 -1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas concorrentes devem ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD

A Sede do PSD está em funcionamento todos os dias úteis, das 21h00 às 23h00, período durante o qual serão prestadas todas as informações relativas ao processo de apresentação de candidaturas.

MOGADOURO

Nos termos do nº. 3 do artº 71 e para ao efeitos da alínea c) do nº. 2 do artº 58 dos Estatutos Nacionais do P.S.D., bem como as disposições dos artº 3º e 9º do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Mogadouro, para reunirem extraordinariamente no dia 24 de Novembro de 2007 (Sábado), entre as 20.00 e 22.00 horas, na sede concelhia, sita na Avenida do Sabor, com a seguinte ordem de trabalhos :

- Ponto Único : Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política da Secção.

Nota: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Concelhia até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2007, das 18h00 às 23h00, na sede, sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substituir estatutariamente, até às 24h00 do dia 27 de Novembro de 2007 (para esse efeito a sede estará aberta nesse dia das 21h30 às 24h00. As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

Núcleo de Valbom - CPS de GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valbom, Gondomar, para reunir no próximo dia **23 de Novembro de 2007, Sábado, entre as 17h00 e as 23h00**, na sede concelhia do PSD de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, em Gondomar, com o seguinte ponto na Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Concelhia até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário da Secção de Ovar para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 9 de Novembro de 2007 (Sexta-Feira), às 21.30 horas, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1º Esq., em Ovar, e com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da Situação Política Local e Nacional
3. Análise e discussão de proposta de suspensão de taxas municipais

SEIXAL

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais

convocam-se todos os militantes da Secção do Seixal, para o acto eleitoral, a realizar no dia 30 de Novembro de 2007, sexta-feira, entre as 18h00 às 23h00, na sede concelhia, sita na Rua do MFA, nº 11 – Paivas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Concelhia até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SESIMBRA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD e no Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Sesimbra, para uma Assembleia Extraordinária a reunir, no próximo dia 30 de Novembro de 2007, sexta-feira, entre as 18h00 e as 23h00, na sede concelhia, sita na Rua da República, nº 20 – 1º Esq, em Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas concorrentes devem ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD

SETUBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal, para reunir em sessão extraordinária, no dia 30 de Novembro de 2007, sexta-feira, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: o acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 23h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, na Sede de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convocam-se os militantes da Secção de Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária, na segunda-feira, dia 5 de Novembro de 2007, pelas

21h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Análise da situação política.



CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede da Distrital de Setúbal, sito na Rua da Junqueira, n.º 209, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição do Representante da Distrital de Lisboa no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede Distrital da JSD de Lisboa, sito na Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção da Moita, a ter lugar no próximo dia 25 de Novembro de 2007, pelas 16h30, na Sede Concelhia do PSD/Moita, sita na Loja 3 do Centro Comercial da Zona F, no Vale da Amoreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 – As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas;

2 – As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal
(Neúza Alves Salgueiro)

MORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da Secção de Mora da JSD, para um plenário desta Secção a realizar no próximo dia 24 de Novembro de 2007, pelas 15 horas, sita na Rua Nova, n.º 48, em Mora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD em Mora;

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 17 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Évora da JSD
(Luís Tirapicos Nunes)

SECÇÃO D

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis e ausência de órgãos locais eleitos, convoco o Plenário de Secção da JSD da Secção D, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede da Secção D, sito na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq., Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário da JSD Secção D.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede da Secção D, sito na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq., Lisboa.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da Secção de Setúbal para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 30 de Novembro de 2007, na respectiva sede de Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h30 às 22h30;

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede de Secção.

Todas as Candidaturas relativas aos actos eleitorais da presente convocatória, devem obedecer aos requisitos previstos no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

A capacidade Eleitoral e a Votação encontram-se definidas no artigo 5.º e artigo 12.º respectivamente, do Regulamento Eleitoral da JSD.

Mediante qualquer dúvida, os esclarecimentos respeitarão sempre o Regulamento Eleitoral e os Estatutos Nacionais da JSD.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Nuno Carvalho)